



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHÃES

CEP 39.740-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI Nº 40 /97

Aprovado em 1ª 2ª discussão
Sala das sessões 16/09/97
[assinatura]
PRESIDENTE

- CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Guanhanes, Estado de Minas Gerais, aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

A Comissão de:
Legislação, Justiça e
Redação

Sala das Sessões 15/09/97
[assinatura]
PRESIDENTE

CAPITULO I

DOS OBJETIVOS

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, órgão deliberativo, de caráter permanente e âmbito Municipal.

Art. 2º - Respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

- I - definir as prioridades da política de assistência social;
- II - estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Assistência Social;
- III - aprovar a política Municipal de Assistência Social;
- IV - atuar na formulação de estratégias e controle da execução da política de assistência social;
- V - aprovar critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social, e fiscalizar a movimentação e a aplicação dos recursos;
- VI - acompanhar as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social, e fiscalizar a movimentação e a aplicação dos recursos.
- VII - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas no município;
- VIII - definir critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de assistência social públicos e privados no âmbito Municipal;
- IX - aprovar critérios para celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestam serviços de assistência social no âmbito municipal;

A SANÇÃO
Sala das sessões 16/09/97
[assinatura]
PRESIDENTE





A Comissão de
regulamentação, justiça
e Redução e favorável
ao projeto como está.
Redigido.

Sala das Sessões
15/09/97

Antônio Sérgio Figueiredo de
Faria
Maria José Maciel

A Câmara Municipal de Guanhães, Estado de Minas Gerais, em sessão ordinária, em 15 de setembro de 1997, aprovou e o Prefeito Municipal sancionou a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS

- Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), órgão deliberativo, de caráter permanente e âmbito municipal.
- Art. 2º - Respeitadas as competências exclusivas do Conselho Municipal de Assistência Social, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:
- I - definir as prioridades da política de assistência social;
 - II - estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Assistência Social;
 - III - aprovar a política Municipal de Assistência Social;
 - IV - atuar na formulação de estratégias e controle da execução da política de assistência social;
 - V - aprovar critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social, e fiscalizar a movimentação e a aplicação dos recursos;
 - VI - acompanhar as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social, e fiscalizar a movimentação e a aplicação dos recursos;
 - VII - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas no município;
 - VIII - definir critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de assistência social públicos e privados no âmbito Municipal;
 - IX - aprovar critérios para celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestam serviços de assistência social no âmbito municipal;



A SANÇÃO
Data de sanção: 15/09/97
PREFEITO



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHÃES

CEP 39.740-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

X - apreciar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior;

XI - elaborar e aprovar seu regimento interno;

XII - zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência Social;

XIII - convocar ordinariamente a cada 01 (um) ano, ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Municipal de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação da assistência social, e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema; e

XIV - acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados.

XV - aprovar critérios de concessão e valor dos benefícios eventuais.

CAPITULO II DA ESTUTURA E DO FUNCIONAMENTO

Seção I Da Composição

Art. 3º - O CMAS terá a seguinte composição: (redação exemplificativa):

I - do Governo Municipal:

- a) representante (s) da Secretaria de Assistência Social ou órgão equivalente;
- b) representante (s) do órgão de educação;
- c) representante (s) do órgão de saúde;
- d) representante (s) do órgão de trabalho;
- e) representante (s) do órgão de finanças.

II- Representante (s) da Sociedade Civil:

1 - Prestadores de Serviços:

- a) representante (s) de albergues, asilos e entidades de amparo à família;
- b) representante (s) de instituições de atendimento à crianças e/ou adolescentes;
- c) entidades filantrópicas e clube de serviços.





PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHÃES

CEP 39.740-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

2 - Dos Usuários:

- a) representante (s) das Associações Comunitárias da Sede do Município;
- b) representante (s) das Associações Comunitárias dos Distritos e Povoados.

§1º - Cada titular do CMAS terá um suplente, oriundo da mesma categoria representativa.

§2º - Somente será admitido a participação no CMAS de entidades juridicamente constituídas e em regular funcionamento.

§3º - A soma dos representantes que trata o inciso II do presente artigo não será inferior à metade do total de membros do CMAS.

Art. 4º - Os membros efetivos e suplentes do CMAS serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação:

I - do único representante legal das entidades relacionadas no Inciso II do art. 3º e nos demais casos.

II - Os representantes do Governo Municipal serão de livre escolha do Prefeito.

Art. 5º - A atividade dos membros do CMAS reger-se-á pelas disposições seguintes:

I - o exercício da função de Conselheiro é considerado serviço público relevante, e não será remunerado;

II - os Conselheiros serão excluídos do CMAS e substituídos pelos suplentes em caso de faltas injustificadas a 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) reuniões intercaladas;

III - os membros do CMAS poderão ser substituídos mediante solicitação, da entidade ou autoridade responsável, apresentada ao Prefeito Municipal;

IV - cada membro do CMAS terá direito a um único voto na Sessão Plenária;

V - as decisões do CMAS serão consubstanciadas em resoluções.

Seção II

Do Funcionamento

Art. 6º - O CMAS terá seu funcionamento regido por regime interno próprio e obedecendo as seguintes normas:





PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHÃES

CEP 39.740-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

I - Plenário como órgão de deliberação máxima;

II - as sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada mês e extraordinariamente quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento da maioria dos seus membros

Art. 7º - A Secretaria Municipal de Assistência Social ou equivalente, prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento do CMAS.

Art. 8º - Para melhor desempenho de suas funções o CMAS poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I - consideram-se colaboradores do CMAS, as instituições formadoras de recursos humanos para a assistência social e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de assistência social sem embargo de sua condição de membro;

II - poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o CMAS em assuntos específicos.

III - poderão ser criadas comissões internas, constituídas por entidades - membros do CMAS e outras instituições, para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos.

Art. 9º - Todas as sessões do CMAS serão públicas e precedidas de ampla divulgação.

Parágrafo Único - As resoluções do CMAS, bem como os temas tratados em plenário de diretoria e comissões, serão objeto de ampla e sistemática divulgação.


Art. 10 - O CMAS elaborará seu regimento interno no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgação da lei.

Art. 11 - A Secretaria Municipal a cuja competência estejam afetas as atribuições objeto da presente lei passará a chamar-se Secretaria Municipal da Assistência Social.

Art. 12 - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir crédito especial necessário para fazer face as despesas com a instalação do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Guanhanes, 16 de agosto de 1997.


Antônio Carlos Morais Miranda
Prefeito Municipal





PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHÃES

CEP 39740-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

A Comissão de:
Legislação, Justiça
Redação
Sala das Sessões _____

PRESIDENTE


JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei que ora se encaminha a essa Egrégia Casa Legislativa, Cria o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) atendendo às diretrizes estabelecidas pela Constituição e Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 - LOAS.

O Município de Guanhanes, localizado em área regional do estado de reconhecida carência necessita, urgentemente, de uma legislação que lhe dê condições de atuar de maneira eficaz no combate às causas e aos efeitos da pobreza. A Lei criará condições para que se definam políticas de Assistência Social do Município, sem se deixar perder pelo "Assistencialismo", até então vigente.

Com aprovação, que se espera, criar-se-ão as condições acima referidas e dará ao Município o passo para a modernidade.

Guanhanes, 15 de setembro de 1997.


Antônio Carlos Morais Miranda
Prefeito Municipal